



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

A PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DADOS PRELIMINARES DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Cilene Sebastiana da Conceição Braga¹
Severino da Silva Martins Júnior²
Janilma Barros da Silva³
Renata Rodrigues de Oliveira⁴
Luana Mesquita de Araújo⁵
Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo⁶
Edevaldo da Luz Azevedo⁷

Resumo: Este artigo tem o intento de analisar uma parte dos dados da pesquisa Formação Profissional em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém - Pará: estudo da implantação das diretrizes curriculares de 2002 e seus impactos na qualidade da formação do assistente social. Sendo uma reflexão crítica sobre formação profissional em Serviço Social brasileiro e a dimensão investigativa, para em seguida refletir sobre os resultados obtidos acerca da pesquisa na formação profissional e desafios contemporâneos na prática profissional.

Palavras-chave: Formação Profissional; Serviço Social; Dimensão Investigativa.

Abstract: We bring a part of the data of the research Professional Training in Social Work in the Metropolitan Region of Belém - Pará: study of the implementation of the curricular guidelines of 2002 and its impacts on the quality of social worker training. Being a critical reflection on professional formation in Brazilian Social Service and the investigative dimension, to then reflect on one of the results of the research that deals with the analysis of research in professional training and contemporary challenges in professional practice.

Keywords: Professional qualification; Social service; Investigative Dimension.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa acerca da relevância científica e prende-se à necessidade de realizar estudos sobre a qualidade da formação profissional de assistentes sociais

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

⁶ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

⁷ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <cilenelins@yahoo.com.br>.

num crucial momento de transformações sociais, considerando a particularidade da região amazônica, tal como compreender a dimensão investigativa que contribui para a prática profissional. Os resultados produzidos pela presente pesquisa iluminam questões cruciais para o processo de formação profissional e intervenção na área de Serviço Social. Bem como, revelaram o grau de qualidade alcançado pela formação em Serviço Social baseada nas novas Diretrizes Curriculares na região mais populosa do estado do Pará, revelando avanços e limitações no processo formativo, em correlação direta com o exercício profissional em face do Projeto ético político, do qual a diretrizes compõe importante parcela.

O processo metodológico utilizado na presente pesquisa parte da compreensão da existência da ação de um corpo profissional de assistentes sociais, num território (Região Metropolitana de Belém), num dado espaço institucional (Instituições de políticas sociais da RMB a ser compreendido numa perspectiva crítico-dialética. Nesse sentido, no primeiro momento irá ser abordada a compreensão da formação profissional, por meio de um resgate histórico do projeto de formação e das diretrizes básicas educacionais na perspectiva do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Brasileira Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e por fim irá ser feita uma reflexão acerca dos resultados preliminares da pesquisa realizada por meio de análises das falas dos/das assistentes sociais da Região Metropolitana de Belém (RMB).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Para compreendermos o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social atual, é necessário fazermos referência ao debate instaurado na profissão durante os anos 1980, pois, nesse período, consolidaram-se os princípios teóricos, políticos e éticos basilares deste projeto, que atualmente é representado pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social e pela Proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social de 1996.

Neste sentido, Iamamoto (1998) afirma que esse projeto de formação é historicamente datado, pois se configura como resultado de um amplo processo político caracterizado por um contexto de ascensão dos movimentos sociais, no qual os sujeitos sociais se colocaram na luta da democratização da sociedade brasileira e aprovação da Constituição de 1988. Esse movimento foi acompanhado de perto pela categoria dos assistentes sociais e influenciou fortemente a reorientação profissional.

De acordo com Koike (2009), é nesse período que a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, por meio de suas entidades representativas passam a repensar coletivamente o direcionamento da profissão diante da nova conjuntura da sociedade brasileira, na qual se fez necessário articular o projeto profissional com o projeto ético-político diante das alterações no âmbito do trabalho, nas expressões da questão social, na relação entre estado e classes sociais.

Essas exigências passaram a ser debatidas no âmbito da categoria profissional, principalmente na ABESS, na qual foi pensada a possibilidade de criação de uma nova proposta curricular. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394, de 20/12/1996, o currículo mínimo passou a ser denominado de Diretrizes Curriculares.

Entre 1994 e 1996, 200 oficinas locais, 25 regionais e 2 nacionais foram realizadas nas 67 unidades acadêmicas filiadas a ABESS, com o objetivo de construir uma nova proposta de formação profissional. No final dos encontros, em 1996, houve a unificação das propostas para os cursos de Serviço Social que se materializaram nas atuais Diretrizes Curriculares (2002). Esse movimento, em múltiplos âmbitos, deu lugar a uma verdadeira construção das novas Diretrizes para formação de assistentes sociais.

Na visão de Koike (2009), as Diretrizes Curriculares são portadoras de um direcionamento intelectual e ideopolítico e devem servir como base para construção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social. Além disso, a autora enfatiza que elas possuem princípios que fundamentam uma formação profissional “desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social” (KOIKE, 2009, p.15).

Desta forma, de acordo com a ABESS (1996), a construção das Diretrizes leva em consideração quatro pressupostos básicos: o Serviço Social é uma profissão interventiva que atua no âmbito da questão social a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista; pauta-se no atendimento da questão social e seus processos constitutivos em face das particularidades da reestruturação produtiva no Brasil, também na reorganização do estado e das classes trabalhadoras. Por fim, considera-se que o processo de trabalho em Serviço Social é determinado por condições estruturais e conjunturais históricas, sociais e políticas.

As Diretrizes Curriculares estão estruturadas a partir de núcleos temáticos estruturados entre si: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional (IAMAMOTO, 1998). Cada

um desses núcleos diz respeito a um conjunto de fundamentos que se desdobram em matérias, e estas, em disciplinas e demais componentes curriculares.

O primeiro núcleo se propõe a apresentar ao graduando um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que permitem conhecer e decifrar o ser social e a vida em sociedade. Devem trazer elementos que possibilitem a compreensão do movimento da sociedade burguesa, da centralidade do trabalho no desenvolvimento da sociabilidade humana, do estado, da política, das classes e grupos sociais, das formas de consciência e representação da vida social, das ideologias, entre outros (IAMAMOTO, 1998).

O segundo núcleo diz respeito à compreensão das particularidades da formação histórica, econômica, política e cultural da sociedade brasileira, bem como o movimento de desenvolvimento do capitalismo no país, suas contradições e impactos (ABESS, 1996).

O terceiro núcleo abarca todos os elementos pertencentes ao universo do Serviço Social, como especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, assim como os componentes éticos que norteiam o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, o estágio supervisionado e a gestão em Serviço Social (IAMAMOTO, 1998).

Esses núcleos não devem ser enxergados de forma isolada. Pelo contrário, eles precisam ser compreendidos de forma dialética, pois a sua junção vai permitir uma formação generalista, que deve fornecer todos os elementos para que o assistente social consiga enxergar a complexidade da realidade social de forma crítica e totalizante bem como a inserção de sua prática profissional nesse contexto. Como bem coloca Koike (2009),

[...] Supostos passíveis de objetivação mediadas pela teoria social crítica, pelas dimensões investigativa e interventiva tomadas como condição central da formação e da relação teoria-realidade; o pluralismo considerado prática do debate acadêmico e de disputa de projetos societários; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, entre estágio/supervisão acadêmica e profissional; ética como princípio formativo atravessando o desdobramento curricular (KOIKE, 2009, p.15).

Apesar de as Diretrizes Curriculares apresentarem pontos positivos e potencialidades, elas não estão imunes às críticas e limites. De acordo com Koike (2009), elementos como questão social, trabalho e Serviço Social, pesquisa, metodologia, relação teoria-prática e instrumentalização são colocados periodicamente em debates nas unidades acadêmicas, nos espaços profissionais e nos eventos de Serviço Social, ou seja, o processo ainda não está acabado, se encontra em permanente construção.

Soma-se a isso a mercantilização do ensino superior, a lógica do empresariamento da universidade pública, a criação e expansão dos cursos presenciais privados, as graduações a distância, a efetivação do REUNI e a reestruturação acadêmica. Todos esses processos são nocivos à proposta de formação profissional, pois comprometem o desenvolvimento científico e cultural do país (KOIKE, 2009).

Outra questão diz respeito à longa tramitação desta proposta dentro do Conselho Nacional de Educação (de 1997 a 2001), que depois de longo período foram homologadas, mas perderam grande parte de sua essência e conteúdo. Ou seja, a proposta vigente hoje em dia está muito simplificada e vazia de fundamentos, pois muitos conteúdos e princípios foram retirados.

Esse processo é discutido por Boschetti (2004), que afirma que as Diretrizes Curriculares foram desconfiguradas de sua concepção original no momento em que passaram pela aprovação do CNE, no ano de 2001.

Dentre esses desmontes na proposta, ela cita: a não aprovação da carga horária mínima estabelecida, a supressão dos conteúdos das matérias e disciplinas, apresentando apenas indicações a respeito dos núcleos estruturantes. Outras alterações se referem aos princípios norteadores da proposta que foram simplificados, ou em alguns casos retirados das propostas. O quadro 1 aborda esse processo.

QUADRO 01 - Comparativo entre os princípios apresentados pela proposta da ABEPSS (1996) e as diretrizes aprovadas pelo MEC (2002).

PROPOSTA DA ABEPSS	PROPOSTA APROVADA PELO MEC
“Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e/ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como formade favorecer a dinamicidade do currículo”	“Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares”.
“Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional sedefrontanouniversodaprodução e reprodução da vida social”	“Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta”.
“Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”.	Suprimido
“Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares”	Suprimido

“Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”	Mantido na íntegra
“Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos”	Suprimido
“Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional”	“Presença da interdisciplinaridade no Projeto de Formação Profissional”
“Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão”	Suprimido
“Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais”	“Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional”
“Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular”	“Respeito à ética profissional”
“Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional”	“Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”

Fonte: Elaboração dos autores.

A leitura do quadro nos permite perceber que as propostas apresentadas pela ABESS sofreram forte descaracterização quando homologadas pelo MEC no ano de 2002. Primeiramente pelo fato de que 03 (três) itens foram suprimidos, itens considerados fundamentais que dizem respeito à integração entre ensino, pesquisa e extensão; a questão da igualdade qualitativa entre os cursos ofertados nos períodos diurnos e noturnos; o apelo à não-fragmentação dos conteúdos, a ausência de relação entre as disciplinas e outros componentes curriculares, por fim e mais preocupante, a questão da teoria social crítica, que ao ser suprimida afasta do currículo a orientação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa hegemônica na profissão, dando um caráter estritamente técnico ao exercício profissional.

Sendo assim, de acordo com Boschetti (2004), a consolidação das diretrizes formuladas pela ABEPSS necessita de socialização e debate a respeito dos significados de seus princípios, da compreensão e leitura aprofundada de seus fundamentos, principalmente os que dizem respeito à questão social, ao trabalho e aos processos de trabalho.

Com relação às estratégias que devem ser utilizadas para garantir a efetivação dessas diretrizes, ela propõe:

[...]a materialização das diretrizes depende também, e profundamente, de uma ação política das entidades para resistir tendências de privatização do ensino e, também [...] de modo a buscar uma formação que não seja conformista e que, de fato, acredite que é possível construir outras formas de relações econômicas e sociais que não sejam pautadas pela mercantilização e que não sejam meras respostas à demanda de compra e venda da força de trabalho em prol da lucratividade. Isso é um papelao mesmo tempo teórico e político. Teórico na incorporação e consolidação destes princípios nos currículos e político na capacidade de sua transformação em estratégias de resistência (BOSCHETTI, 2004, p.30).

A proposta de formação profissional pretende formar assistentes sociais informados, cultos, críticos e competentes. Entretanto, essa competência não deve ser apenas técnica, mas principalmente crítica, que possibilite a apreensão dos processos sociais, as desigualdades que geram e as estratégias para enfrentá-los, bem como supõe [...] competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “deve ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 1998, p.80).

O Projeto de formação profissional criou um novo perfil de profissional: portador de um arsenal teórico-metodológico baseado em perspectivas críticas da realidade social, com um claro direcionamento ético-político em prol dos interesses das classes trabalhadoras e com uma dimensão técnico-operativa com finalidades e intencionalidades revestidas de um caráter teórico, metodológico e ético.

A atuação profissional exige profissionais que tenham competência para apresentar propostas de projetos junto à instituição empregadora, que tenham habilidades para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Um profissional que ultrapasse a lógica institucional, que busque apreender na dinâmica da realidade as tendências e possibilidades, que possam vir a ser apropriadas e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESQUISA: Análise preliminar da pesquisa realizada com os/as assistentes sociais da Região Metropolitana de Belém (RMB)

Ressalta-se, preliminarmente, que o Serviço Social, enquanto profissão, possui as dimensões investigativa e interventiva como condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. Exige uma base de referência e tratamento teórico-metodológico crítico. Como afirma Guerra (2009): “consideram-se a investigação e a intervenção elementos que embora de natureza distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/atribuições

profissionais” (GUERRA, 2009, p.1). Desse modo, vale destacar o lugar ocupado pela pesquisa, como elemento que deve constituir o exercício profissional do assistente social como profissional que precisa ir além do aparente e romper com as formas imediatistas, pragmáticas e burocratizadas de trabalho profissional.

Dos 8 (oito) sujeitos entrevistados, dos quais 4 (quatro) formados por instituição pública presencial, 2 (dois) por instituição privada presencial e 2 (dois) por privada à distância, todos demonstraram dificuldade em responder, quando questionados, se realizavam pesquisa em suas intervenções profissionais cotidianas.

O sujeito 1PPU, assistente social com formação em instituição pública presencial, demonstrou confusão quando questionada se realizava pesquisa em sua prática profissional, em suas intervenções. A profissional atrelou a pesquisa ao seu hábito de realizar leituras de livros, da política com a qual trabalha e do Código de Ética do assistente social. Segundo ela, essas leituras lhe dão embasamento para debater. Não sendo observada, desta forma, na fala da entrevistada, ligação direta com o que poderia ser caracterizado como uma postura investigativa em sua prática profissional.

Eu tava lendo “Saber Profissional e Poder Institucional”, eu tava até falando pras meninas que é lindo, a gente ler, a gente se aprimorar pra gente poder debater, né? Então eu acho assim que a leitura é fundamental porque se você não tem conhecimento, você não tem como você ter... embasamento pra você questionar algo. Então, é fundamental tu tá lendo teu código de ética, entendeu? (1PPU).

No que diz respeito ao sujeito 2PPU, assistente social também formada por instituição pública presencial, ao responder à questão, abordou o fato de ter tentando sistematizar os atendimentos realizados na instituição em que trabalha. Entretanto, argumentou que a sobrecarga de trabalho e a enorme quantidade de atendimentos foram obstáculos para que continuasse a sistematização.

Embora o processo de sistematização da prática profissional para o Serviço Social (GUERRA, 2009) esteja vinculado ao fato de se identificar e problematizar as condições do exercício profissional, além de selecionar e classificar os fenômenos existentes e suas características, compreendendo a necessidade de em determinados casos ocorrer aprofundamento teórico para melhor compreensão dos mesmos, a profissional em questão atrelou esse ato, exclusivamente, à atividade de levantamento de dados quantitativos, tais como o número de clínicas médicas à disposição e a quantidade de encaminhamentos internos e externos realizados, fugindo do real sentido do que caracteriza a dimensão investigativa na prática profissional.

Pode-se observar nas falas dos sujeitos 3PPU e 4PPU, assistentes sociais formados por instituição pública, e do sujeito 6PPR, formado por instituição privada

presencial, assim como nas falas anteriores, desconhecimento do processo de constituição da dimensão investigativa na prática profissional do assistente social, mesmo reconhecendo a importância da pesquisa, os sujeitos lhe associam à atividade de pesquisar que é realizada comumente no âmbito acadêmico, tal como podemos observar nos depoimentos:

Uma pesquisa estruturada mesmo assim não. Eu tento coletar alguns dados no dia a dia profissional, mas assim organizar mesmo pra fazer uma pesquisa no meu local de trabalho não. [...] A gente não consegue lembrar de tudo, então as vezes eu recorro ao diário pra lembrar de informações, as vezes, por exemplo, eu preciso fazer algum relatório, então é um documento que eu tenho pra buscar algumas informações, alguns dados, porque nem tudo eu coloco no prontuário (3PPU).

Ela é muito importante. É muito presente. Porque ela é a atualização do teu conhecimento permanente lá de onde tu estais trabalhando, da tua realidade. Por exemplo, teve a necessidade de preparar a conferencia de assistência social, pra gente preparar esses dados a gente teve que fazer observação, levantamento empírico. Mas a pesquisa diariamente é importante, a gente está buscando. Eu sempre anoto tudo que eu posso e faço muita pesquisa na internet, principalmente dados, conceitos (4PPU)

Tenho muita vontade, tem muita coisa lá pra frente fazer, vontade de fazer um trabalho muito bom de pesquisa, mas, infelizmente, agora no momento, a gente não tem condições de fazer, está muito preso ao distrito [...] A pesquisa é muito importante porque ela vai te mostrar algo, talvez até novo que você não tenha conhecimento, ela vai te mostrar caminhos de um leque de oportunidades (6PPR)

No que concerne ao depoimento do sujeito 5PPR, assistente social com formação em instituição privada presencial, percebe-se que a pesquisa para ela está no fato de aprofundar o conhecimento teórico e informacional das demandas que a ela chegam. Entretanto, sua atuação parece estar ligada intrinsecamente ao atendimento de objetivos e metas institucionais.

Sim, com certeza. Artigo, livro, internet tem tudo, hoje em dia a gente pode encontrar de tudo [...] Pesquisa eu faço sempre que eu tenho alguma dificuldade ou não, pra conhecer mais a minha demanda pra saber com quem eu tô lidando, qual o público alvo, tudo isso. Logo quando eu cheguei no CREAS a gente faz esse tipo de pesquisa: qual a nossa demanda? Qual é o órgão? Qual a instituição? Qual o objetivo? Qual a meta? Tudo isso (5PPR).

Importa compreender que a relação da dimensão investigativa com o embasamento teórico-crítico do assistente social dá suporte para uma atuação capaz de ir além das demandas exclusivas da instituição, aumentando as possibilidades de se garantir os direitos dos usuários. Indo de encontro a isso, a assistente social 7EDPR, formada em instituição privada a distância relaciona a pesquisa com o atendimento de exigências burocráticas dos níveis de gestão, tal como avaliação de programas e projetos:

Olha, pra te ser sincera, no momento não estou, mas já participei e, inclusive eu faço parte do projeto que tem parceria com o Ministério da Saúde, que é o PREMAQUE, Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade, é um trabalho de pesquisa... ele é um trabalho voltado para a saúde, onde é feito pesquisas nos postos de saúde, nas estratégias de saúde... Era uma avaliação (7PEAD).

A profissional 8EAPR, formada por instituição privada a distância, no final de sua fala, trata a respeito da importância da pesquisa para execução de sua prática, mas faz uma análise que, inclusive já foi resultado da primeira pesquisa de avaliação deste grupo de pesquisa que é a confusão de análise de profissionais que visualizam a pesquisa associada apenas a questões acadêmicas e, não a sua prática profissional cotidiana:

Olha, como eu sempre falo a pesquisa e essa percepção que a gente tem que ter ela é indispensável para os trabalhos futuros, para realização disso posteriormente. Porque eu posso perceber hoje para melhorar amanhã e posso perceber hoje para melhorar o meu trabalho agora. Mas sim, eu fazia isso, não só com isso, mas essa questão das crianças, como elas eram recebidas dentro do serviço, porque muitas vezes elas eram recebidas mal porque tinham um histórico “mal”. Então, elas eram tidas como as rebeldes, elas eram excluídas de certa forma do serviço. Então, tudo isso a gente tem que fazer uma certa pesquisa, uma análise, conversar, intervir nisso, a partir de fundamentos teóricos, que é o que baseia nossa prática, para a gente poder levar isso para frente (8PEAD).

As falas aqui apresentadas expressam, sobretudo, o processo de precarização do ensino superior e da formação profissional em Serviço Social no Brasil, principalmente, quando relacionados ao fato de que a lógica educacional defendida pelo capital: aligeirada, mercantilizada e operacional, é, acima de tudo, para atender aos interesses privados em detrimento dos públicos. Dificultando a formação de assistentes sociais que tenham postura crítica e investigativa.

O projeto de profissão defendido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS preconiza uma formação profissional crítica, que identifique a dimensão investigativa como constitutiva da intervenção profissional. Entretanto, importa frisar que se essa postura investigativa não estiver embasada por pressupostos teórico-metodológicos críticos, as ações profissionais terão sentido apenas para a instituição, haja vista que refletirá apenas processos burocráticos e pragmáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor, notou-se em geral quanto à competência/habilidade pesquisa uma certa confusão entre os sujeitos que ora identificam essa competência como a pesquisa exclusivamente acadêmica, e alguns disseram “essa não estou fazendo”. Ora

identificam pesquisa com procedimento como leituras e estudos particulares. Enquanto que a concepção que as diretrizes trazem tem muito mais a ver com a *postura investigativa* do que com a clássica pesquisa acadêmica. Assim, para a qual o profissional tende a se justificar que a instituição lhe “dá” tempo para fazer. Assim, verifica-se a necessidade de que as instituições de formação proporcionem a vivência da dimensão investigativa, tendo em vista que se constrói em cada ação e percepção do profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Diante do exposto acima, IAMAMOTO (1998) nos coloca os principais desafios colocados à formação na atualidade: zelar pela qualificação teórico-metodológica e ético-política dos assistentes sociais, denunciando as modalidades de educação superior na qual impera a lógica da lucratividade em detrimento da qualidade da formação, o apoio ao diálogo respeitoso e plural entre as diversas perspectivas de leituras e análise da profissão, o necessário aprofundamento das pesquisas relacionadas às vertentes teórico-metodológicas presentes no debate profissional a partir dos anos 1980-1990, entre outras.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social**. 2002.

GUERRA, Y. **A “virada” do Serviço Social**. Revista Inscrita, Brasília, ano 8, n. 12, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

KOIKE, Maria Marieta. **“Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais”**. Texto aplicado à 2ª disciplina do Curso de pósgraduação: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. CEAD UNB. 2009. p 1-25.